

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA\_\_\_ VARA ESPECIALIZADA DE  
DIREITO BANCÁRIO DA COMARCA DE \_\_\_\_\_, ESTADO DE \_\_\_\_\_;

Proc. nº 000000000000  
Código 00000

Autor:

Réu:

**FULANO DE TAL**, devidamente qualificado nos autos da AÇÃO  
DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO em epígrafe, por seu Advogado infrafirmado; vem  
respeitosamente na presença de V. Exa., para apresentar **CONTRARRAZÕES AO**  
**RECURSO DE APELAÇÃO** interposto por **DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO**  
**MERCANTIL**, também qualificado nos autos, requerendo sejam as mesmas juntadas aos  
autos, para serem apreciadas pelo E. Tribunal de Justiça deste Estado, esperando seja a  
Apelação IMPROVIDA por ser questão de direito e da mais escorreita JUSTIÇA.

Nestes termos,  
Pede e Espera deferimento.

Cidade/XX, 00 de mês de 2012.

**WELTON ESTEVES**  
OAB/MT 11.924

## CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO

APELANTE: DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL

APELADO: FULANO DE TAL

*Origem 0ª Vara Especializada em Direito Bancário de...  
Proc. nº 000000000000*

EGRÉGIO TRIBUNAL

COLEDA CÂMARA

INCLITOS JULGADORES

### PRELIMINARMENTE

a) Da ausência de interesse em recorrer quanto ao pedido de não descaracterização do contrato de arrendamento mercantil

Impõe o Código de Processo Civil que o autor ao ajuizar a ação demonstre interesse processual, que se traduz no binômio necessidade/utilidade do provimento jurisdicional solicitado, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito. Pelo mesmo motivo, é indispensável que o recorrente demonstre interesse em recorrer para efeito de admissibilidade do recurso, nos termos do artigo 499, do Código de Processo Civil<sup>1</sup>.

Embora este diploma processual tenha cuidado do tema juntamente com a legitimação para recorrer, o interesse em recorrer constitui outro requisito à admissibilidade dos recursos<sup>2</sup>, malgrado o tratamento uniforme previsto no Código de Processo Civil<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> NERY JÚNIOR, Nelson. *Teoria geral dos recursos*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 315.

<sup>2</sup> MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários ao código de processo civil: Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973*. V. 5: arts. 476 a 565. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998. pp. 287 e 288.

<sup>3</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. *Capítulos de sentença*. São Paulo: Malheiros, 2002. pp. 102 e 103.

Portanto, a esse requisito, o recurso, para ser viável, deve ser necessário e útil ao recorrente, permitindo, assim, a melhoria de sua situação jurídica, reexaminando a decisão para que lhe seja proferida uma mais vantajosa<sup>4</sup>.

Feitas essas considerações, entende-se que haverá interesse no recurso de apelação apenas quanto as matérias apreciadas e decididas na decisão meritória, a qual no caso dos autos, a sentença vergastada proferida pelo M.M. juiz a quo manifestou acerca dos seguintes temas:

*"... resta sedimentado, inclusive por Súmula do STJ (Súmula n. 293) que a antecipação do VRG não implica em descaracterização do contrato de leasing, não se falando em transmutação para contrato de compra e venda a prestação...". (sic) – **favorável a requerida – apelante***

*"é manifesta a nulidade da cláusula contratual que fixa a necessidade de pagamento de todo o contrato para a restituição do VRG, com o desconto da desvalorização do bem...". (sic) – **desfavorável a requerida - apelante***

*"sendo inequívoco que tais valores devem ser devolvidos ao arrendatário, posto que a permanência destes pela instituição financeira acarretaria em seu enriquecimento indevido...". (sic) – **desfavorável a requerida - apelante***

*"para determinar a restituição do valor pago a título de VRG, mediante a compensação com as prestações inerentes ao arrendamento em atraso". (sic) – **desfavorável a requerida - apelante***

*"Por ter o autor decaído de parte mínima, condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 3.000,00." (sic) – **desfavorável a requerida - apelante***

Portanto, considerando os pontos apreciados, fundamentados e decididos nos autos, a requerida apelante só poderia recorrer dos quatro últimos capítulos, uma vez que o primeiro lhe foi (o único) favorável.

Todavia, consoante análise do recurso de apelação, extrai-se a irresignação da apelante também acerca do primeiro capítulo da sentença, o qual como dito já foi decidido em seu favor, ao revés, não acolhendo a tese inicial.

---

<sup>4</sup> MOREIRA, *op. cit.* pp. 294 e 295, 300/301.

Portanto, pugna desde já pelo **não conhecimento do pedido** de reexame da *descaracterização do contrato de leasing* por absoluta falta de interesse recursal.

**b) - Da aplicação do §1º do art. 518 do CPC**

Antes de adentrar ao mérito, cumpra declinar ao emérito julgador que aplique o dispositivo do § 1º do art. 518 do CPC, negando de plano seguimento ao presente recurso de Apelação, pelo fato da matéria recorrida já encontrar-se **pacificada pelo C. Superior Tribunal de Justiça**, embora ainda não esteja sumulada.

Anote-se que no julgado o qual transcreverei abaixo onde o acórdão recorrido reconheceu a possibilidade de restituição do Valor Residual Garantido pelo tribunal *ad quem*, a referida decisão não pôde ser alterada pelo Tribunal Superior em razão dos óbices das **Súmulas nºs 5 e 7/STJ** por impossibilidade de reexame de prova, porquanto a matéria recorrida coaduna com a jurisprudência pacífica daquela Corte Superior, que se firmou no sentido de que é possível a restituição do Valor Residual Garantido, quando houver rescisão antecipada do contrato, por tornar prejudicada a opção de compra após a quitação integral do contrato.

Segue o julgado, *in verbis*:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - **CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - LEASING - INADIMPLEMENTO CONTRATUAL - VALOR RESIDUAL GARANTIDO (VRG) - DEVOLUÇÃO - POSSIBILIDADE - PRECEDENTES** - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - LICITUDE NA COBRANÇA, DESDE QUE NÃO CUMULADA COM JUROS REMUNERATÓRIOS, CORREÇÃO MONETÁRIA OU ENCARGOS DA MORA - INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS - **SÚMULA N. 7/STJ - RECURSO IMPROVIDO**. (STJ - 3ª T., AgRg no Ag 1332504 / SC, Rel. Ministro Massami Uyeda, j. 10/05/2011)

Neste mesmo julgado citou-se os seguintes precedentes: "(AgRg no Ag 549567/SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 30/08/2004), (AgRg no Ag 599625/SC, Rel. Min. Barros Monteiro, DJ 03/04/2006), AgRg no Ag 993002/RS, desta Relatoria, DJe 16/09/2008, AgRg no Ag 923321/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ 17/12/2007".

Portanto, caso este processo/recurso suba a Corte Superior, certamente terá negado o reexame da matéria consoante as Súmulas n.s 5 e 7 do STJ, como no exemplo acima citado.

Assim, caso sejam ultrapassadas as preliminares e, na perseguição da justiça, registro que a r. sentença de fls. que julgou procedente em parte o pedido de Restituição do Valor Residual Garantido, “data vênia”, não merece reforma, pelos motivos abaixo expostos.

### SÍNTESE DA APELAÇÃO

I. Cinge-se as razões do recurso da apelante no fato de que teria informado ao apelado de forma clara, ostensiva e precisa TODAS as cláusulas do contrato, inclusive os riscos (CDC, art. 31), sem exceção, explicando detalhadamente ao consumidor do que se tratava a concessão de crédito por meio de **financiamento na modalidade de Arrendamento Mercantil** onde ele – consumidor seria apenas mero LOCATÁRIO do veículo e que ao final se ele quisesse poderia ‘renovar o contrato’ ou adquirir a propriedade do bem de forma definitiva e que por esses motivos deve ser reconhecido o ato jurídico perfeito e acabado, mantendo-as inalteradas em respeito ao princípio da *Pacta Sunt Servanda*.

II. Continua sua exposição afirmando o desacerto da sentença que julgou procedente em parte a ação, ‘descaracterizando’ o contrato de arrendamento mercantil para compra e venda, porquanto a antecipação do valor residual garantido não representa ofensa a Lei nº 6.099/74.

III. Requereu ao final o provimento do apelo para reverter a decisão de mérito, manter a validade das cláusulas do contrato e, ainda, reformar a decisão de compensação de valores ou, em último caso reduzir os honorários advocatícios.

### DO MÉRITO

I. Em que pese a ótima textualização da sua versão nas razões fáticas e meritórias, e da perfeita subscrição feita pelos procuradores na exposição dos motivos ao pedir, contudo, seja o recurso provido para reformar a brilhante decisão de mérito, no entanto, essas alegações não merecem prosperar pelos fatos e motivos que a seguir transcrevo.

Primeiramente consigno que ao contrário do que alega o apelante o apelado jamais ajuizou ação revisional do contrato. Ao contrário, o apelado contraiu o empréstimo pactuando com BOA-FÉ, tanto que pagou no ato da avença, a quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a título de VRG conforme nota fiscal acostada à inicial, adimplindo 15 de um total de apenas 24 parcelas (*valores não impugnados na contestação, conforme salientado na sentença*), que por motivos particulares, acabou ficando em mora.

Note-se nobres julgadores que de um total do débito de R\$ 38.167,76 reais o apelado não conseguiu adimplir apenas a quantia de R\$ 6.812,91 reais, que devido ter o veículo apreendido subitamente através de ação de reintegração de posse, se viu impossibilitado de purgar a mora no prazo legal, não podendo posteriormente sequer consignar o valor restante, tendo em vista que ao entrar em contato com a apelante o veículo já tinha sido vendido para “quitar o saldo remanescente do contrato”, sem, contudo, prestar contas.

Ademais, não houve restituição de um centavo sequer pela apelante, em flagrante desrespeito e abuso ao consumidor, principalmente considerando que o veículo era Zero KM, certamente enriquecendo ilícitamente com o saldo remanescente oriundo da ‘quitação do contrato’.

II. Prossegue sem razão a apelante com sua irresignação argumentando ser impossível a restituição do Valor Residual Garantido e consequentemente a compensação de valores, de forma que não absurdamente não há nada a restituir ao apelado.

Não obstante a ausência de interesse recursal nesse ponto, registro que o valor residual garantido (VRG) deve ser entendido como o adiantamento da quantia que seria devida ao final do contrato, na hipótese de o arrendatário pretender adquirir o bem. Isto é,

além do arrendamento já pago durante a vigência do contrato, o arrendatário deveria pagar mais essa importância previamente ajustada se pretendesse ficar com a propriedade do bem arrendado, capitalizando-se de modo a tornar menos onerosa a opção de adquirir o bem no termo final do contrato.

Essa soma acumulada sob o título de VRG permanece sob a administração da arrendadora. Assim, se o arrendatário não optar pela aquisição, o bem arrendado lhe é devolvido. Consequentemente, referido valor, devidamente corrigido, deve retornar ao arrendatário, com a possibilidade de compensação caso haja eventual saldo devedor deste.

Da mesma forma, desfeito o arrendamento mercantil, e não importa a causa, nada justifica a manutenção, com a arrendadora, do valor residual garantido e pago por antecipação, devendo ser devolvidos os valores recebidos pelo arrendador a título de VRG, quando da rescisão do contrato por inadimplemento da arrendatária.

Assim, a importância até então adiantada representa enriquecimento sem causa da apelante, impondo-se a necessária devolução a apelada, conforme prescreve o Código Civil, vejamos:

***“Art. 884 - Aquele que, sem Justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.”***

À luz, mais, da Legislação Consumerista, conforme bem salientou o M.M. juiz na r. sentença, é totalmente descabida a pretensão da apelante de apropriar-se dos valores pagos, antecipadamente, a título de Valor Residual Garantido (VRG), veja-se:

***“Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:***

***(...)***

***II - subtraíam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga, nos casos previstos neste código;***

***(...)***

*IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;*

*(...)*

*§ 1º Presume-se exagerada, entre outros casos, a vontade que:*

*I - ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence;*

*II - restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual;*

*III - se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso."*

***"Art. 53 - Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, consideram-se nulas de pleno direito as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado."***

Nesse sentido, leciona Nelson Nery Júnior que:

*"Em vários dispositivos, o Código confere ao consumidor o direito de ser reembolsado das quantias pagas, total ou parcialmente, dependendo do caso. As cláusulas contratuais que subtraírem do consumidor esse direito são inválidas, conforme estabelece a norma, ora comentada". (Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, Forense Universitária, 7ª ed, Rio de Janeiro. 2001. P. 512)*

Aliás, esta é a orientação do **Egrégio Superior Tribunal de Justiça**:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. PARCELAS PAGAS ANTECIPADAMENTE A TÍTULO DE VALOR RESIDUAL GARANTIDO - VRG. PRESCRIÇÃO. PRAZO ORDINÁRIO DECENAL. ART. 205 DO CC/02. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. 1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

**2. O valor residual garantido (VRG) é o adiantamento da quantia que seria devida ao final do contrato, na hipótese de o arrendatário pretender adquirir o bem. Isto é, além do arrendamento já pago durante a vigência do contrato, o arrendatário deveria pagar mais essa importância previamente ajustada se pretendesse ficar com a propriedade do bem arrendado, capitalizando-se de modo a tornar menos onerosa para o arrendatário a opção de adquirir o bem no termo final do contrato.**

**3. Desfeito o arrendamento mercantil, e não importa a causa, nada justifica a manutenção, com o arrendador, do valor residual**



**garantido e pago por antecipação, devendo ser devolvidos ao arrendatário os valores recebidos a título de VRG. Precedentes.**

(...) 8. Recurso especial não provido. (STJ - 3ª T., REsp 1174760 / PR, Rel. Ministra Nancy Andrighi, j. 01/12/2011)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - **CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - LEASING - INADIMPLEMENTO CONTRATUAL - VALOR RESIDUAL GARANTIDO (VRG) - DEVOLUÇÃO - POSSIBILIDADE - PRECEDENTES** - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - LICITUDE NA COBRANÇA, DESDE QUE NÃO CUMULADA COM JUROS REMUNERATÓRIOS, CORREÇÃO MONETÁRIA OU ENCARGOS DA MORA - INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS - SÚMULA N. 7/STJ - RECURSO IMPROVIDO. (STJ - 3ª T., AgRg no Ag 1332504 / SC, Rel. Ministro Massami Uyeda, j. 10/05/2011)

Sobre o tema, transcrevo os precedentes citados no primeiro julgado acima:

"É possível a devolução do VRG, pago antecipadamente, após a resolução do contrato de arrendamento mercantil e desde que restituído o bem na posse da arrendante. Precedentes." (AgRg no REsp 960.532/RJ, 3ª Turma, minha relatoria, DJ de 26/11/2007)

"Com a resolução do contrato e a reintegração do bem na posse da arrendadora, possível a devolução dos valores pagos a título de VRG à arrendatária. Precedentes." (AgRg no Ag 923.321/RS, 4ª Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ de 17/12/2007).

"Ocorrendo a rescisão do contrato de arrendamento mercantil, com a reintegração do bem à arrendadora, é cabível a restituição ao arrendatário dos valores pagos a título de VRG." (AgRg no Ag 599.625/SC, 4ª Turma, Rel. Min. Barros Monteiro, DJ de 03/04/2006)

"É firme o posicionamento deste Superior Tribunal de Justiça no sentido da possibilidade da devolução dos valores pagos a título de VRG, quando da rescisão dos contratos de *leasing*. Precedentes" (REsp nºs 738.245/PR e 636.598/MG e AgRg Ag 549.567/SP). (AgRg no Ag 672.445/PR, 4ª Turma, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 22/08/2005)

"Diante da resolução do contrato de arrendamento mercantil por inadimplemento do arrendatário, é devida a devolução do chamado VRG, pago antecipadamente, à conta de ser uma consequência da reintegração do bem, assim como a compensação deste com eventual crédito existente em favor da empresa arrendante." (REsp 373.674/PR, 3ª Turma, Rel. Min. Castro Filho, DJ de 16/11/2004)

"E ainda: AgRg no Ag 993.002/RS, 3ª Turma, Rel. Min. Massami Uyeda, DJe de 16/09/2008; AgRg no Ag 549.567/SP, 3ª Turma, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 30/08/2004; AgRg no Ag 923.321/RS, 4ª Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ de 17/12/2007, dentre outros".

Portanto, mesmo sendo ultrapassada a preliminar de ausência de interesse recursal, ainda sim, não assiste razão a apelante, haja vista ser pacífica a orientação do STJ nos sentido da possibilidade de restituição ao arrendatário do VRG, bem como de compensação dos valores para extinção do contrato.

**III. De outro lado, ao contrário do que alega o apelante, há casos em que deve-se relativizar o princípio da *pacta sunt servanda*, a fim preservar um princípio maior, qual seja a função social do contrato, e principalmente coibir flagrantes abusos e enriquecimento absurdo das instituições financeiras em detrimento dos consumidores.**

Com efeito, o Des. Salvador Pompeu de Barros Filho, em inúmeros acórdãos proferidos sobre a aplicação do Código do Consumidor, já teve ensejo de afirmar:

"É que me parece, e isso já tive ocasião de afirmar em outros julgamentos, que o princípio '*pacta sunt servanda*', perdeu em muito a sua força, desde quando o Estado passou a intervir nos contratos de direito privado, em defesa do consumidor. O direito moderno, todavia, preocupado com o social, como o fim de toda regra de direito, sentiu a necessidade de se intrometer, nas relações de direito privado, porque notou que aquele princípio que adotava, à manifestação da vontade com força de lei, estava sendo utilizado pelos mais poderosos em detrimento dos mais frágeis.

Em situações como essa o C. Superior Tribunal de Justiça tem rechaçado as condutas das instituições financeiras, principalmente diante de atitudes desproporcionais na busca da totalidade de seu crédito, bem como impedindo o uso desequilibrado do direito de resolução do contrato por parte do credor. Senão vejamos:

"Ademais, incide a teoria do adimplemento substancial, que visa a impedir o uso desequilibrado do direito de resolução por parte do credor, em prol da preservação da avença, com vistas à realização dos princípios da boa-fé e da função social do contrato." (STJ - 4ª T., REsp 877965 / SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, j. 22/11/2011) - *destaquei*

E ainda:

"O princípio da boa-fé objetiva exercer três funções: (i) instrumento hermenêutico; (ii) fonte de direitos e deveres jurídicos; e (iii) limite ao exercício de direitos subjetivos. A essa última função aplica-se a teoria do adimplemento substancial das obrigações e a teoria dos atos próprios, como meio de rever a amplitude e o alcance dos deveres contratuais, daí derivando os seguintes institutos: tu quoque, venire contra factum proprium, surrectio e supressio." (STJ - 3ª T., REsp 1202514 / RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, j. 21/06/2011) - *destaquei*

Portanto, não há que se falar no caso dos autos em ausência de boa-fé do apelado, pois sequer questionou as cláusulas do contrato por meio de AÇÃO REVISIONAL, primando sempre pelo interesse em adimplir integralmente o contrato, contudo, ao contatar a apelante esta afirmou já ter alienado o veículo para fins de saldar o contrato.

IV. Outrossim, à vista do princípio constitucional da razoabilidade aplicar-se-ia no presente caso a teoria do adimplemento substancial do contrato, onde o credor poderia ter exigido o crédito por outros meios legais ou tentando renegociar de alguma forma a dívida restante em observância a boa-fé e a função social do contrato.

Aliás, sobre a teoria do adimplemento substancial do contrato, vejamos o repositório jurisprudencial atual do STJ, *in verbis*:

RECURSO ESPECIAL. LEASING. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. CARRETAS. EMBARGOS INFRINGENTES. TEMPESTIVIDADE. MANEJO ANTERIOR DE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA A DECISÃO. CORRETO O CONHECIMENTO DOS EMBARGOS INFRINGENTES. INOCORRÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE.

**APLICAÇÃO DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL E DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. Ação de reintegração de posse de 135 carretas, objeto de contrato de "leasing", após o pagamento de 30 das 36 parcelas ajustadas.**

Processo extinto pelo juízo de primeiro grau, sendo provida a apelação pelo Tribunal de Justiça, julgando procedente a demanda. Interposição de embargos declaratórios, que foram rejeitados, com um voto vencido que mantinha a sentença, com determinação de imediato cumprimento do julgado.

Antes da publicação do acórdão dos embargos declaratórios, com a determinação de imediata reintegração de posse, a parte demandada

extraiu cópia integral do processo e impetrou mandado de segurança. Determinação de renovação da publicação do acórdão dos embargos declaratórios para correção do resultado do julgamento.

Após a nova publicação do acórdão, interposição de embargos infringentes, com fundamento no voto vencido dos embargos declaratórios.

Inocorrência de violação do princípio da unirecorribilidade, em face da utilização do mandado de segurança com natureza cautelar para agregação de efeito suspensivo a recurso ainda não interposto por falta de publicação do acórdão.

Tempestividade dos embargos infringentes, pois interpostos após a nova publicação do acórdão recorrido.

**Correta a decisão do tribunal de origem, com aplicação da teoria do adimplemento substancial. Doutrina e jurisprudência acerca do tema. O reexame de matéria fática e contratual esbarra nos óbices das súmulas 05 e 07/STJ. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.** (STJ - 3ª T., REsp 1200105 / AM, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, j. 19/06/2012) - *destaquei*

---

**ARRENDAMENTO MERCANTIL. LEASING. CONTRATO. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. PAGAMENTO DE 31 DE 36 PARCELAS DEVIDAS. RESOLUÇÃO DO CONTRATO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. DESCABIMENTO. MEDIDAS DESPROPORCIONAIS DIANTE DO DÉBITO REMANESCENTE. APLICAÇÃO DA TEORIA DO ADIMPLENTO SUBSTANCIAL. CLÁUSULA GERAL DO CONTRATO. PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. PRECEDENTES DO STJ. CCB/2002, arts. 394, 421, 422 e 475. Lei 6.099/1974. CPC, art. 926.**

**1. É pela lente das cláusulas gerais previstas no CCB/2002, sobretudo a da boa-fé objetiva e da função social, que deve ser lido o art. 475, segundo o qual parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.**

**2. Nessa linha de entendimento, a teoria do substancial adimplemento visa a impedir o uso desequilibrado do direito de resolução por parte do credor, preterindo desfazimentos desnecessários em prol da preservação da avença, com vistas à realização dos princípios da boa-fé e da função social do contrato.**

**3. No caso em apreço, é de se aplicar a da teoria do adimplemento substancial dos contratos, porquanto o réu pagou: 31 das 36 prestações contratadas, 86% da obrigação total (contraprestação e VRG parcelado) e mais R\$ 10.500,44 de valor residual garantido. O mencionado descumprimento contratual é inapto a ensejar a reintegração de posse pretendida e, conseqüentemente, a resolução do contrato de arrendamento mercantil, medidas desproporcionais diante do substancial adimplemento da avença.**

**4. Não se está a afirmar que a dívida não paga desaparece, o que seria um convite a toda sorte de fraudes. Apenas se afirma que o meio de realização do crédito por que optou a instituição financeira não se mostra consentâneo com a extensão do inadimplemento e, de resto, com os ventos do Código Civil de 2002. Pode, certamente, o credor valer-se de meios menos gravosos e**

proporcionalmente mais adequados à persecução do crédito remanescente, como, por exemplo, a execução do título.

5. Recurso especial não conhecido. (STJ – 4ª Turma. REsp. 1.051.270 / RS. Rel.: Min. LUIS FELIPE SALOMÃO. j. 04/08/2011) – destaquei

Sobre o tema, também foi aprovado o enunciado 361, na IV Jornada de Direito Civil promovida pela Conselho da Justiça Federal, que assim dispõe:

*"Arts. 421, 422 e 475: O adimplemento substancial decorre dos princípios gerais contratuais, de modo a fazer preponderar a função social do contrato e o princípio da boa-fé objetiva, balizando a aplicação do art. 475. ..."* (Min. Luis Felipe Salomão).

Portanto, perfeitamente possível a aplicação da teoria do adimplemento substancial *in casu*.

V. Finalmente, embora não seja determinante a resolução do presente, consigno que a apelante jamais esclareceu adequadamente as condições do contrato, caso em que simplesmente informou que o crédito na modalidade de CDC tinha a taxa de juros mais alta que o Leasing e nada mais, não informando que este último é apenas uma locação do veículo com opção de compra, caso em que se fosse informado claramente ao apelado, certamente ele teria optado pelo crédito CDC.

Não obstante esse fato, essa opção de financiamento '*Leasing*' encontra-se ultrapassada, tratando-se de verdadeira aberração legal ainda existente no ordenamento jurídico, muito utilizada pelas instituições financeiras para ludibriar consumidores, haja vista que se informassem de forma clara e precisa, nenhum consumidor optaria por essa modalidade de financiamento, porquanto assim como este causídico, sequer compreenderiam o porquê e como se daria essa modalidade (estranha) de concessão de crédito, se é que assim se pode falar.

## DO NÃO SEGUIMENTO DO RECURSO – Art. 557 § 1º-A do CPC

O presente caso é muito comum no mundo jurídico, tendo deixado de ser debatido nos tribunais superiores, pois a jurisprudência do STJ pacificou o entendimento de que é perfeitamente possível a restituição do Valor Residual Garantido.

Nesse sentido, estando a r. sentença de acordo com o entendimento pacificado no STJ, pugna pelo não seguimento do recurso por este E. Tribunal nos termos do Art. 557 § 1º-A do CPC, o qual prescreve:

*"Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.*

*§ 1º-A Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso." (...)*

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RESCISÃO PARCIAL - CONTRATO DE COMPRA E VENDA - SALDO DEVEDOR DIMINUTO - ENTENDIMENTO OBTIDO DA ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO - IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME - INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DESTA CORTE - TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL - APLICAÇÃO - POSSIBILIDADE - PRECEDENTES - AGRAVO IMPROVIDO. (STJ – 3ª T., AgRg no AREsp 155885 / MS, Rel. Ministro Massami Uyeda, j. 16/08/2012)

Ante o exposto, pugna pelo não seguimento do recurso, pois é meramente protelatório, encontrando-se óbice na legislação vigente, bem como no entendimento pacífico da doutrina e jurisprudência de todos os tribunais.

## DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Nobres Desembargadores, a apelante ao interpor o presente recurso, abarrota o judiciário, forçando V. Excelências a analisar teses já pacificadas pelo STJ, incorrendo em verdadeira litigância de má-fé, uma vez que com a demora na apreciação dos processos, a maioria dos consumidores acabam fazendo acordos recebendo valores bem inferiores aos já concedidos na sentença.

Note-se que os sábios e selecionados patronos da apelante, sabem, em tese, que todos os pedidos do recurso estão fadados ao insucesso, face a

inexistência de amparo da legislação, doutrina e jurisprudência existente e, mesmo assim se aventuram à esta E. Corte, praticando os seguintes atos:

*“Art. 17. Reputa-se litigante de má-fé aquele que:*

*I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;”*

Observe-se que a apelante deduz defesa contra tese já pacificada na doutrina e jurisprudência, argumentando ser indevida a restituição dos valores a título de Valor Residual Garantido, sob o argumento de imutabilidade do pactuado entre as partes, optando pela lesão desproporcional ao consumidor.

*“IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo; (...)”*

Também com a interposição do presente recurso, e posteriormente de outros, a apelante opõe resistência injustificada, prejudicando a execução da sentença.

*“VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.”*

E, finalmente, a apelante pratica litigância de má-fé quando interpõe recurso com o intuito manifestamente protelatório, haja vista a jurisprudência pacífica dos Tribunais, inclusive do STJ, sobre a possibilidade de aplicação da teoria do adimplemento substancial do contrato quando o débito for desproporcional se comparado com o valor do principal e, ainda, no presente caso com a medida tomada de apreender o veículo, aliená-lo e nada restituir ao apelado.

PORTANTO, PUGNA PELA CONDENAÇÃO DA APELANTE NAS PENAS DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (CPC, ART. 18), FLAGRANTE A AUSÊNCIA DE MOTIVOS PARA RECORRER.

## DO PEDIDO

Diante do exposto, PEDE-SE:

a) Sejam acatadas as preliminares acolhendo a (i) ausência de interesse recursal (parcial) e de (ii) negação de seguimento ao recurso, ante a pacífica orientação do STJ acerca da matéria recorrida;

b) Ultrapassadas as preliminares, seja IMPROVIDO todos os pedidos do presente recurso, como o de impossibilidade de restituição do Valor Residual Garantido de compensação de valores, mantendo-se a r. sentença do juiz *a quo* nos exatos termos em que foi proferida, eis que o apelante não comprovou fato impeditivo, constitutivo e extintivo do direito do apelado, independentemente da inversão do ônus da prova;

c) O não provimento do pedido de reforma da sentença para validar as cláusulas contratuais, porquanto sequer declinou expressamente qual cláusula pretende o reexame;

d) O não provimento do pedido de redução dos honorários advocatícios fixados na r. sentença, mantendo-se os valores, porquanto arbitrados com razoabilidade e proporcionalidade aos trabalhos, além de não destoar da natureza da causa, conforme art. 20 e §§ do CPC;

e) A condenação da apelante em **novos honorários advocatícios a este subscritor**, porquanto os honorários fixados na sentença pertencem ao causídico renunciante (Lei 8.906/94, art. 23);

f) A condenação da apelante nas penas de Litigância de má-fé, pelos fatos e fundamentos acima expostos, nos termos do Art. 17 e 18 do CPC;

g) Seja o presente recurso recebido SEM EFEITO SUSPENSIVO, haja vista a ausência de dano irreparável.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Cidade/XX, 00 de mês de 2012.

**WELTON ESTEVES**  
OAB/MT 11.924